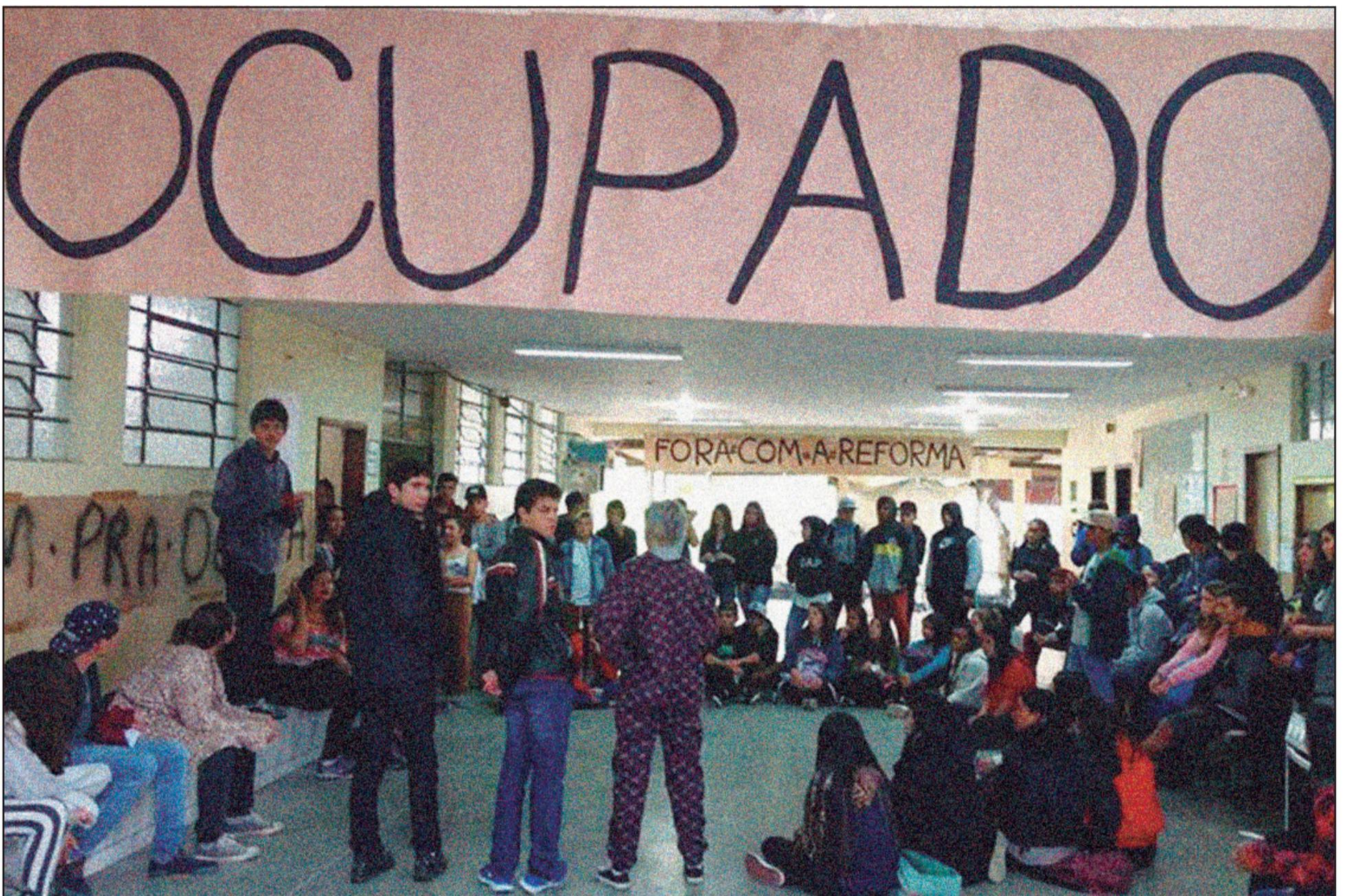


Secundaristas dizem: “VAMOS RESISTIR”



Estudantes ocupam escolas contra a PEC 241 e a MP 746 do governo golpista

Luta de Classe

Preparar o 11 de novembro
como um dia de greve
pág. 4

Partido

Em defesa do PT
e de Lula
pág. 7

História

40 anos da fundação da
Organização Socialista
Internacionalista
pág. 10

Itália

Central sindical diz não
à reforma do governo
pág. 11

Ocupações em escolas, Institutos Federais e Universidades

Estudantes reagem contra as medidas do governo golpista

No fechamento dessa edição, mais de 1000 escolas, 85 campus de Institutos Federais e 73 campus universitários estavam ocupados pelos estudantes em todo o país. O movimento contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 (teto) e contra a Medida Provisória (MP) 746 (contrarreforma do ensino médio) ganha impulso. O Paraná é o estado com maior número de escolas ocupadas (ver abaixo).

Nos institutos federais, a mobilização é feita por estudantes secundaristas do ensino técnico e por estudantes universitários. O estudante Wesley Rage participou de uma das primeiras ocupações, em 22 de setembro, no campus Guarulhos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, que durou 48 horas. "A preocupação era garantir uma discussão, a mais ampla possível, com os estudantes sobre o corte de verbas e a PEC 241. Fizemos uma atividade que contou com muita gente. Depois, uma assembleia tirou a paralisação com a ocupação, e criou uma comissão de organização e a segurança." No IFSP, estudantes de outro campus ocuparam a reitoria, no campus de Guarulhos se discute os próximos passos da mobilização.

No final de setembro, a reunião do Conselho de Reitores, Pró-reitores e diretores gerais dessa rede adotou posição contra a MP 746 e a PEC 241. Wesley vê como ponto positivo a unidade entre estudantes, professores e funcionários. Em Guarulhos, foram



24 de outubro, manifestação em Brasília

organizadas atividades e paralisação dos três setores. "A ocupação ajuda a discutir com o conjunto dos estudantes, mas também com os professores e servidores, que com a gente passaram a discutir a necessidade de uma greve geral. É nesse caminho que as ocupações podem ajudar a impedir a aprovação da PEC, e impor a retirada da MP."

Universidades contra a PEC 241

Um dos campus universitários ocupados é o da Federal de Alagoas, em Arapiraca. O estudante de Educação Física, Paulo Henrique, explica que os estudantes decidiram ocupar "pelo entendimento de que não dava para ficar alheio ao movimento nacional de ocupação contra a retirada de direitos que está acontecendo. Somos um campus do Reuni e já estamos sofrendo

os problemas do ajuste fiscal, com a PEC 241 o nosso funcionamento fica totalmente ameaçado. Em conversa hoje com a direção do Campus, temos vários contratos vencidos, transporte, iluminação (inclusive faltou energia hoje - 24/10)".

Em muitas ocupações, o movimento exige posicionamento dos conselhos superiores e das reitorias das instituições. Foi o que fizeram o Conselho Universitário da UFMG e a reitoria da UFRJ, afirmando que os efeitos da PEC 241 serão "desastrosos" e "catastróficos". A UFF condena fortemente, alertando que a universidade teria aproximadamente R\$ 780 milhões de perdas caso o teto estivesse em vigor desde 2006.

Priscilla Chandetti

GOVERNO GOLPISTA APOSTA NA REPRESSÃO

Ofício do Ministério da Educação (MEC), enviado no dia 19 aos dirigentes dos Institutos Federais (IFs), solicita que eles remetam à pasta, em 5 dias, listas com os nomes de todos os estudantes que participam das ocupações.

O MEC também diz que vai suspender o ENEM em locais de prova que não sejam desocupados até o dia 31 de outubro, sempre ameaçando: "a Advocacia-Geral da União já foi acionada pelo MEC e estuda as providências jurídicas cabíveis para os responsáveis pelas ocupações".

A escola federal no Rio de Janeiro, Pedro II, vem sendo alvo de repressão por parte do Ministério Público Federal há semanas. O MPF "recomenda" à Reitoria do Colégio Pedro II a retirada de faixas e cartazes das dependências da instituição, com o "Fora Temer" e "Não ao Golpe"; que proíba novos cartazes e panfletos; e que apure administrativamente os servidores. Além disso, ameaça os dirigentes das unidades do Pedro II de ação de improbidade administrativa e crime de prevaricação caso não cumpram a "recomendação".

Os coordenadores do Sindicato dos servidores foram intimados a depor sobre as faixas, deliberadas pela categoria em assembleia. Em ato contra as medidas de censura, estudantes cantavam: "Estudantes na escola têm direito de pensar, escola sem partido é ditadura militar!"

"Estamos dispostos a resistir e manter a ocupação"

Beto Richa incentiva violência contra secundaristas no Paraná

Mais de 850 escolas estaduais paranaenses estão ocupadas pelos secundaristas, num protesto vigoroso contra a MP 746 (que estrangula o ensino médio) e a PEC 241 (que congela os gastos públicos por 20 anos), luta que se expressa no "Fora Temer!", que tomou conta de todas as manifestações.

Depois de quase um mês, o movimento mostra, além da disposição de luta dos estudantes, um forte sentimento de união, combinado quase sempre com a solidariedade dos pais e da comunidade.

Incapaz de resolver a situação, sem qualquer legitimidade política para negociar com os estudantes, o governador Beto Richa (PSDB) optou pelo confronto. Depois de afirmar que os secundaristas não sabiam o que queriam (como se fosse possível manter um movimento de ocupação dessa dimensão sem compreensão dos objetivos), Richa passou a estimular



Estudantes organizam a alimentação em escolas ocupadas em Araucária

a ação de grupos radicais de direita, como o MBL, contra os estudantes.

No Colégio Estadual do Paraná, o mais tradicional do estado, o MBL tentou entrar, provocar tumulto e inclusive molestar sexualmente uma aluna. Foram corridos pelos estudantes.

A partir do dia 24, o MBL começou a entrar nas escolas, quebrando as grades e praticando violências contra os estudantes. No mesmo dia, um garoto de 16 anos foi encontrado morto

governo, para amedrontar os pais.

Resistência

Em Araucária, região metropolitana de Curitiba, 10 das 17 escolas estaduais estão ocupadas. Lá também há tentativas de intimidação e de pôr fim ao movimento, mas os estudantes resistem. Por iniciativa da Juventude Revolução, formou-se um comando municipal unificado das ocupações.

A., do colégio Fazenda Velha, na periferia da cidade, conta que os pais

participam das oficinas e ajudam fazendo as refeições. A comunidade é solidária: "Passamos de casa em casa e voltamos com duas caixas cheias de alimentos e produtos de limpeza".

No colégio Cleide Lemin Lopes, os alunos promoveram uma assembleia com os pais e professores, para explicar os motivos da ocupação.

No momento de fechamento desta edição, quarta-feira, estava marcada uma assembleia para decidir os rumos das ocupações. Contra a pressão do governo e também contra a política da UJS, braço do PCdoB, que joga contra as ocupações, os estudantes prometem resistir. Para A., a única saída é continuar a luta.

C., do colégio Professora Algavira Bittencourt Pinto, concorda: "Vai ser uma luta dura e longa até alcançarmos nosso objetivo, mas estamos dispostos a resistir e manter a ocupação".

Correspondente

Sólidas instituições?

O golpista nativo, José Serra, em 5 de agosto agradeceu ao Secretário de Estados dos EUA, “em nome do Presidente Temer, a confiança do Governo norte-americano na solidez das instituições políticas e judiciais no Brasil, que em minha visão são um exemplo de maturidade na condução do atual processo de impeachment”.

Muito sólidas! O “sólido” condutor do processo de impeachment na Câmara, Eduardo Cunha, foi cassado terminado o serviço sujo.

Agora, depois da invasão do Senado pela Polícia Federal o presidente da casa, Renan Calheiros – outro “sólido” promotor do impeachment – acusou a PF de usar métodos fascistas e declarou: “Um juizco de primeira instância não pode, a qualquer momento, atentar contra um poder. É lamentável que isso aconteça num espetáculo inusitado, que nem a ditadura militar o fez, com a participação do ministro do governo federal que não tem se portado como um ministro de Estado. No máximo, tem se portado como um ministro circunstancial de governo, chefe de polícia”.

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia reage a Renan “não é admissível aqui, fora dos autos, é que qualquer juiz seja diminuído ou desmoralizado”. Já o ministro “chefe de polícia” está calado

e seu patrão, o golpista Temer, incapaz de resolver a crise, busca segurar pelo estômago, e pelo bolso, a “sólida” base que lhe dá sustentação. E avança para aprovar as medidas de assalto à nação, como a Proposta de Emenda Constitucional do teto de gasto, a PEC 241 – contra a qual os estudantes ocu-

CRISE AMEAÇA JOGAR O PAÍS NA DESAGREGAÇÃO

pam escolas e universidades - exigidas pelo imperialismo dos EUA que confiou na solidez das instituições brasileiras para dar o golpe e promover o butim.

O fato é que desde a consumação do impeachment e a posse de Temer pelo STF, a situação só se degradingou e o choque entre Senado, Ministério da Justiça, Polícia Federal e STF abre uma crise maior. O atual regime se afunda numa crise sem precedentes, aberta em 2013 e galopante após o golpe, numa briga sem quartel entre os golpistas do Judiciário, do Legislativo e do Executivo.

Até o ministro do STF Gilmar Mendes, tuca-no golpista de primeira hora, vem a público e diz que “parece que eles [promotores e juízes da Lava Jato] imaginam que devam ter licença para cometer abusos” (FSP, 24/10).

São personagens que encarnam as insti-

tuições carcomidas que, se não reformadas, ameaçam jogar o país numa desagregação sem tamanho.

É esse Congresso que pretende, sob comando de Temer, entregar nossas riquezas e destruir os direitos dos trabalhadores!

É esse Judiciário que, avançando um estado de exceção, persegue Lula e o PT!

Uma situação que põe em risco a nação e que, para ser freada, chama a ação da classe operária para protagonizar, com todos os setores oprimidos, a contraofensiva ao imperialismo e seus vassalos nativos. A CUT, mantendo o papel que vem jogando no último período para organizar a resistência, deve fazer do dia 11 de novembro um verdadeiro dia de greve, “por nenhum direito a menos”.

A gravidade da situação exige, antes de tudo, que a classe trabalhadora possa dispor de seu instrumento político de luta em defesa de suas conquistas e da nação. Daí toda urgência da batalha pela defesa do PT, e de Lula, e pela reconstrução do partido. Uma reconstrução na qual o PT, para livrar o país das atuais instituições, levante a luta por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, única saída positiva para barrar a via do desastre.

CAMPANHA FINANCEIRA

CALENDÁRIO DE 2017 JÁ ESTÁ À VENDA!

Para assegurar nossa independência financeira somos sustentados, exclusivamente, por nossos militantes e por aqueles ativistas do movimento operário, da juventude, popular e democrático, que reconhecem a importância da nossa luta. Mantendo o que já é uma tradição, a Corrente O Trabalho do PT, realiza sua campanha financeira anual, com a venda do calendário. Nesta campanha, o calendário de 2017 recupera a experiência da Revolução Russa que completará 100 anos.

Recuperar a experiência da Revolução de Outubro de 1917 suscita uma reflexão sobre sua atualidade.

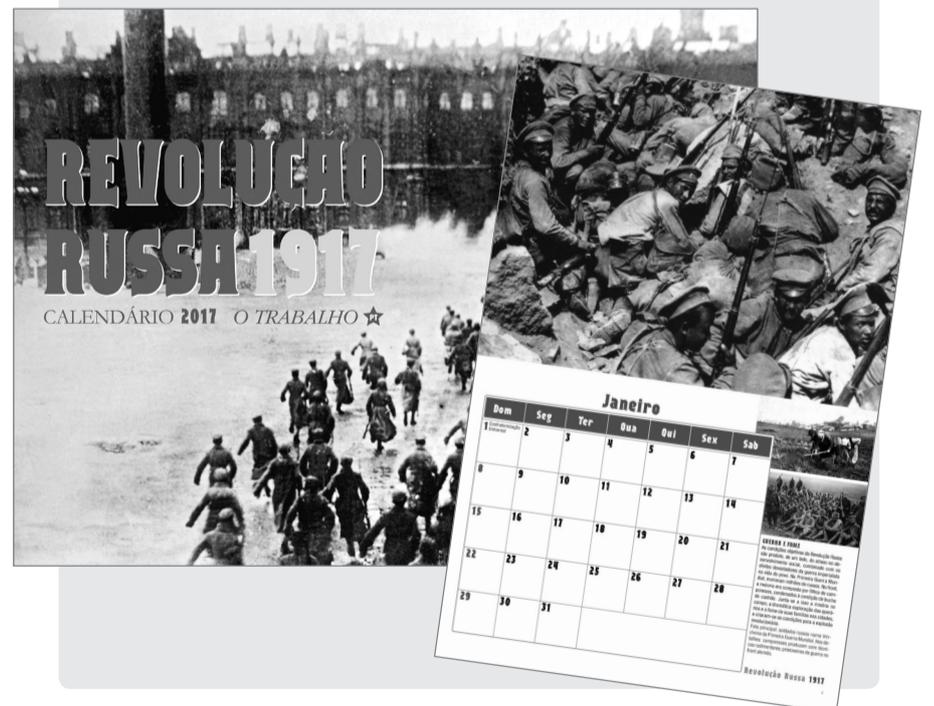
A situação mundial, e as condições da luta de nossa classe hoje, por certo é diferente daquela onde a revolução nasceu da guerra.

Com a sobrevivência do capitalismo, hoje a situação é de decomposição do sistema e crise de dominação do imperialismo, enquanto a guerra se generaliza. Mas, justamente porque o capitalismo sobrevive, a atualidade de Outubro está no lugar central da classe trabalhadora, com suas organizações, como base da defesa da civilização contra a barbárie.

Portanto, a necessidade de construir o partido revolucionário, para que tomando o poder, a classe operária livre a humanidade da camisa de força que são as atuais relações de produção, baseadas na propriedade privada dos grandes meios de produção.

Somos fiéis ao princípio de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. Reivindicamos as lições de Outubro de 1917. Combatemos, como Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional, em defesa das organizações construídas pelos trabalhadores, de sua independência política. Combate que hoje, quando a Corrente O Trabalho completa 40 anos (ver pag. 10), traduzimos, em direção à construção de um partido revolucionário, na luta pela reconstrução do PT, um partido de volta para os trabalhadores. Um combate que desenvolvemos conjuntamente com os petistas que se agrupam no Diálogo e Ação Petistas e todos os militantes dispostos a reconstruir o PT.

Contribua com nossa luta adquirindo seu calendário!



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Não à dispersão, todos ao Dia Nacional de Greve em 11 de novembro

Calendário das centrais provoca confusão e encobre objetivos distintos

Após a jornada de 22 de setembro ("esquenta da greve geral"), a direção da CUT indicou o período de 8 a 10 de novembro para uma greve geral de 24 horas.

Reuniões com o setor de transportes de várias centrais e consultas feitas pelo seu secretário geral Sérgio Nobre, levaram a CUT a convocar o Dia Nacional de Greve de 11 de novembro.

Mas, uma reunião das centrais sindicais em 19 de outubro, adotou outra "agenda de lutas", que, além do 11 como "dia nacional de greve e paralisações", aponta o 25 de novembro para uma "jornada de mobilizações e greves".

Ao final da reunião, o presidente da CUT, Vagner Freitas, disse: "Será uma jornada de acúmulo de forças, estaremos nas ruas dia 11 e 25 e seguir caminhando rumo à greve geral, se os governantes não entenderem que não podem retirar os direitos da classe trabalhadora" (site da CUT).

Assim a proposta de greve geral de 24 horas passou a ser de dia nacional de greve que, depois, vira uma das datas de mobilização das centrais. Para além da confusão que esse "arranjo" traz, ele encobre objetivos diferentes.



24 de outubro, sindicalistas da CUT se manifestam em Brasília

Força quer negociar direitos com Temer

Numa entrevista ao site "br2pontos", Juruna da Força Sindical diz que no dia 11 haverá "protestos na área do funcionalismo", agregando que "nós propusemos, e isso foi aceito, ampliar essa jornada para o dia 25 para podermos aproveitar toda a mobilização que está ocorrendo em grandes categorias profissionais da indústria".

Para ele, o governo não teria ainda propostas para a Previdência e leis trabalhistas, logo a hora é de negociá-las. A mobilização serviria de pressão "para apoiar o que for modernizante e rechaçar o que for contra o interesse e o direito do trabalhador".

A luta contra a PEC 241 não é sequer mencionada na entrevista, enquanto o Paulinho da Força a apoia entusiasti-

camente como deputado.

Em segunda votação neste momento na Câmara, a PEC 241 deve ir ao Senado logo depois. Não seria essa a razão da Força insistir em fazer atos só no final de novembro, após o desenlace da PEC?

A Conlutas, que diz defender a greve geral, vai atrás da Força, afirmando que o 11 de novembro "foi incorporado ao calendário da jornada, mas com ressalvas por parte de várias centrais". Já o dia 25 "será o ponto alto da jornada de lutas" (site da Csp-Conlutas), juntando-se à Força no esvaziamento do dia 11.

O que deve fazer a CUT?

Que a situação é difícil na indústria, todos sabem. Mas a decisão de mobili-

zação da CUT, seus ramos e sindicatos, para parar em 11 de novembro se deu em função da aceleração dos ataques do governo golpista (Pré-sal e PEC 241).

Jornadas de mobilização, já foram feitas várias. Não há nada a ser negociado com o governo Temer, como quer a Força Sindical, pois direitos são inegociáveis!

O que a CUT deve fazer, junto com a CTB, é concentrar todas as energias em paralisar locais de trabalho em 11 de novembro, levantando a exigência de "Não à PEC 241", retirada da Medida Provisória do ensino médio e contra as propostas de contrarreforma da Previdência e trabalhista.

A direção da CUT, pelo lugar que ocupou nas mobilizações antes, durante e depois do golpe, não tem o direito de se deixar enrolar pelas manobras dos pelegos da Força e de outros.

Fazer de 11 de novembro um forte Dia nacional de greve e paralisações, em todos os setores em que tem presença, é o essencial para a CUT. Só após o balanço do dia 11 é que se deve abordar a questão de outra mobilização no 25.

Julio Turra

Contra PEC 241, greve é aprovada na UFU

Mobilização integra o Fora Temer

Em 18 de outubro, cerca de 230 técnicos administrativos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) reunidos em assembleia, numa mobilização que envolve também professores e estudantes, deflagraram greve por tempo indeterminado, pela retirada da PEC 241 e da MP 746 (contrarreforma do ensino médio).

Na assembleia, militantes do "coletivo cutista" solicitaram à mesa que fosse agregado o "Fora Temer" à pauta da greve, o que foi ignorado. Depois

de muita insistência, o presidente da mesa colocou a proposta em votação sem oportunidade de defesa. O resultado surpreendeu a mesa e boa parte da diretoria do sindicato. A proposta de incluir o "Fora Temer" teve mais de 200 votos, com 5 votos contra e 4 abstenções!

A atual direção do sindicato - composta por militantes do PSOL, "independentes" e também setores de direita - até março de 2016 dizia não haver um golpe em andamento no

Brasil. Mas, com o aumento das manifestações e os anunciados ataques aos diretores dos trabalhadores, foram obrigados a dizer que o impeachment sem crime de responsabilidade seria golpe, ainda que não assumissem o "Fora Temer".

Situação semelhante ocorreu também entre os estudantes, que "atropelaram" a direção do DCE e votaram, em assembleia histórica, a greve com ocupação contra PEC241 e pelo "Fora Temer".

Já os professores, com uma direção sindical (ADUFU) mais em sintonia com as reivindicações dos trabalhadores e com posição clara contra o golpe, aprovou a greve, por ampla maioria, em assembleia bastante representativa.

A greve unificada dos três segmentos começou em 24 de outubro e guarda estreita relação com as ocupações de escolas do ensino médio, que já passaram de 16 em Uberlândia.

Karla Teixeira

Liberdade para os presos da reforma agrária!

Militantes do MST em Goiás são acusados de fazer parte de organização criminosa

Em abril, no estado de Goiás, militantes do MST foram presos acusados de formar organização criminosa devido à ocupação da Usina Santa Helena, que deve cerca de R\$ 1,1 bilhão a trabalhadores e à União.

Esta é a primeira vez no Brasil que o MST é criminalizado com base na lei 12.850/2013, que diz respeito às organizações criminosas, e pressupõe a teoria do Domínio dos Fatos.

Uma campanha nacional e internacional, impulsionada pelo MST, movimentos e centrais sindicais dirigida ao governo de Goiás, ao Tribunal de Justiça do Estado e ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ), lançada em setembro, exigia a "Liberdade para os presos da reforma agrária".

Em 18 de outubro, o STJ concedeu habeas corpus a um dos presos, Valdir Misnerovicz, mas negou o pedido

de soltura para Luis Batista Borges, e o pedido de cancelamento dos mandados de prisão contra Diessyka Lorena Santana e Natalino de Jesus. Nesses casos o MST vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O deputado Padre João (PT-MG) avaliou o resultado da decisão do STJ como uma vitória parcial e disse que "a manutenção da outra prisão é uma forma de intimidar a organiza-

ção social na luta por direitos".

Após a decisão do STJ sobre Valdir, o MST reforça a necessidade da continuidade da campanha.

O coordenador do Núcleo Agrário do PT na Câmara Federal, João Daniel (PT-SE), disse que aguardava por uma libertação dos dois militantes. "Infelizmente, o Luís ainda não foi solto, mas a luta da defesa continua até que todos sejam libertados".

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



NA ORDEM DO DIA, A RECONSTRUÇÃO DO PT

Fica a cada dia mais claro para os militantes a necessidade de reconstruir o PT, de ter o partido de volta para os trabalhadores, como verdadeiro instrumento de luta. Diante dos ataques do governo ilegítimo de Temer, a serviço dos interesses imperialistas, e com a derrota histórica sofrida pelo PT nas eleições, a militância se pergunta: o que fazer?

A resposta a essa pergunta não pode ser o abandono do PT, ou a sua diluição

numa frente. A base quer o seu partido de volta. Assim, multiplicam-se pelo país iniciativas no sentido de debater os rumos do partido.

O Diálogo Itinerante, aprovado no lançamento nacional do manifesto Pela Reconstrução do PT, do Diálogo e Ação Petista, tem realizado vários atos e debates, que agrupam militantes de várias correntes e nos quais se faz o balanço da situação e se apontam saídas para a crise.



Diálogo Itinerante em Maceió. Vinte e um militantes petistas participaram do ato do Diálogo Itinerante no dia 19 de outubro, na sede da CUT-AL. Os presentes aprovaram os 17 Pontos Pela Reconstrução do PT, o pedido de renúncia do DN-PT e a realização de debates do Diálogo Itinerante em Maceió e no interior.

“CORAGEM PARA RECONHECER OS ERROS”



O ex-deputado federal Fernando Ferro (do agrupamento Avante Socialismo Século 21) foi um dos participantes da mesa do Diálogo Itinerante realizado dia 7 de outubro em Recife, atividade que reuniu mais de 100 petistas. Aqui, Ferro fala da reconstrução do PT:

Como vê a situação do PT, pós-impeachment e a derrota nas eleições municipais?

O PT está diante de um grande desafio que exige coragem para reconhecer erros e desvios políticos, retomar sua linha de esquerda da fundação, atentar para formação e renovação de quadros, mudar a direção e abrir um permanente diálogo com movimentos sociais, muitos

desses contaminados por práticas e condutas erradas dentro do PT. Interagir com outras forças de esquerda no mundo para definir forma de luta contra o avanço conservador.

O que você considera que é preciso mudar?

De imediato precisamos de uma nova direção para conduzir um debate aberto, amplo, democrático e profundo. Superando os PEDs que se transformaram numa cruel máquina de corrupção e burocratização do partido.

O que diz da moção que pede à Executiva Nacional do PT colocar os cargos à disposição do DN?

Acho que a atual direção deveria entregar os cargos para constituímos uma direção provisória ampla com participação de todas as forças interessadas na reconstrução do PT e comprometida com a ideia fundante do PT. Porém, não posso esquecer o que falou Giordano Bruno ao pé da fogueira da inquisição: “Não se pede o poder... luta-se para conquistá-lo...”.

EM FLORIANÓPOLIS É VOTO NULO!

Ao contrário de vários Diretórios Municipais que liberaram o voto, e hoje em várias cidades o dirigentes do PT se dividem entre um ou outro golpista no 2º turno, o PT de Florianópolis decidiu: nem João Loureiro (PMDB) nem Angela Amin (PP). No 2º turno, é voto nulo. A decisão segue o caminho que o PT escolheu desde o 1º turno: nenhuma aliança com golpistas. O PT apoiou para prefeita a candidata do PCdoB, Ângela Albino, indicando o vice, Gabriel Kasak. Lino Peres, único vereador

eleito pelo PT, do Diálogo e Ação Petista, destaca também que o PT teve candidatura própria em São José e Palhoça, os dois municípios mais importantes da região metropolitana de Florianópolis.

O DAP teve um papel importante na construção dessa política, manifestando-se desde o início contra qualquer aliança com golpistas. Lino Peres conta que vai participar, nesta última semana de campanha, de panfletagens do partido propondo o voto nulo.

“O DEBATE DEVE SER FEITO NA BASE”



Em Curitiba, o ato-debate do Diálogo Itinerante está marcado para dia 27 de outubro. O ato é convocado por Mário Dalzot, presidente do Sindipetro PR/SC; Martin Esteche, secretário estadual da Juventude do PT; Roberto Salomão, do Diálogo e Ação Petista; e Paulo Antunes, dirigente do SindiQuímica. Antunes considera esse debate imprescindível e inadiável.

O que significa, na atual situação, a reconstrução do PT?

Sou filiado há pouco tempo, mas a minha experiência no PT de Araucária (região

metropolitana de Curitiba) mostrou que muita coisa tem de mudar no partido. Tem muita gente que tomou conta do PT e que só quer se aproveitar, e acho que isso está acontecendo no país todo.

Como será possível a reconstrução do PT?

O primeiro passo é colocar novamente o partido nas mãos dos trabalhadores, das bases, que precisam ter voz e decidir os rumos do PT. Para isso, as instâncias do partido devem funcionar. Aqui em Araucária, nós passamos três anos sem reunir o diretório, porque a direção eleita no PED não deixava.

Depois do ato pela reconstrução do PT, o que deve ser feito?

Tem de ter sequência, tem de levar esse debate para as bases, discutir a necessidade de ter o PT de volta para os trabalhadores. Eu me disponho a fazer este debate onde for possível.

DAP SÃO PAULO DISCUTE ELEIÇÕES E RECONSTRUÇÃO

O Diálogo e Ação Petista da capital paulista reuniu-se dia 18 de outubro para discutir o balanço das eleições e impulsionar as reuniões do Diálogo Itinerante. Na mesa, Barbara Corrales (DM São Paulo), Julio Turra (Executiva Nacional da CUT) e Raimundo Bonfim (Central de Movimentos Populares CMP). A reunião teve cerca de 50 participantes.

O ponto central do debate foi o balanço da derrota histórica do PT nas eleições e a crítica à política de conciliação com os inimigos de classe.

O documento saído da reunião enumera as derrotas do partido em seus redutos históricos e diz que é necessário fazer o

balanço da gestão Haddad, que adotou medidas privatistas, “baixando a cabeça para Levy e Barbosa”, e pôs à frente das subprefeituras “representantes dos golpistas, mantidos mesmo depois do golpe”. O texto lembra ainda que Haddad não fez a campanha “fora Temer” e “quase fez desaparecer a estrela e o vermelho”.

O balanço conclui com a decisão unânime da plenária de organizar reuniões do Diálogo Itinerante (com base nos 17 Pontos para a Reconstrução do PT), já com propostas de reuniões na Zona Sul, Zona Leste, Região Noroeste, Zona Norte, e Centro da capital paulista.

Tudo o que o PT não precisa

A defesa do PT exige romper a política que o jogou na atual crise

Ainda no curso da batalha do segundo turno, o PT disputa em sete cidades com mais de 150 mil eleitores, é preciso prosseguir o balanço da derrota histórica sofrida nas eleições municipais de 2016. É urgente abandonar a política que levou a essa derrota ao afastar o PT de sua base social, e que também abriu a brecha para que avançasse a ofensiva reacionária contra nosso partido. Defender e reconstruir o PT, essa é a tarefa da hora (ver pág. ao lado).

A persistência dos erros, como a adaptação à política de ajuste que esmaga os municípios, a colaboração “republicana” com o play boy Dória do PSDB, eleito prefeito de São Paulo, que quer o extermínio do PT ou o choque direto com sindicalistas, que lutam pelos direitos da categoria, isso é tudo o que o PT não precisa. A defesa e reconstrução do PT passa por abandonar a política que jogou o partido na crise brutal em que se encontra.

2º turno em Juiz de Fora (MG)

Eleger Margarida prefeita para defender os serviços públicos e os direitos

Candidata do PT, Margarida Salomão, está no 2º turno das eleições em Juiz de Fora e há um esforço de todo o partido para garantir a sua eleição. Do outro lado está o atual prefeito, Bruno Siqueira do PMDB, partido do golpe.

A administração de Bruno Siqueira foi marcada pelo aumento dos problemas na saúde e na educação, além dos enfrentamentos com servidores públicos em função da sua posição de não negociar e tentar retirar direitos. Foi um prefeito que se identificou com os golpistas e que, antes mesmo da aprovação da PEC 241, já aplicava na cidade uma política de ajuste fiscal.

A candidatura de Margarida, por sua vez, tem crescido por que tem se identificado com as reivindicações de valorização do funcionalismo e dos movimentos populares, que pedem melhorias nos serviços públicos, transportes com implantação do passe livre estudantil e o fim das isenções fiscais

às grandes empresas, entre outras reivindicações.

Margarida dialoga com essas reivindicações, retomando a proposta de “orçamento participativo”, apresentada pelas administrações petistas como uma forma “democrática” de atender as reivindicações populares frente a um orçamento “limitado”. E esse foi o grande problema das administrações do PT que, aceitando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e todas as exigências para manter o pagamento da dívida pública aos banqueiros, por muitas vezes se chocou com as reivindicações populares.

Conformar-se com a escassez?

Agora, mais uma vez o problema se coloca e de maneira mais aguda frente a PEC 241, que levará os municípios a situações caóticas. E apesar da candidatura do PT ter se posicionado e votado contra a PEC, admite que será preciso

“enfrentar adversidades” buscando encontrar “formas para escapar da escassez”. Mas como “escapar da escassez”? Submetendo as reivindicações populares ao um orçamento escasso e, para tanto, promover o orçamento participativo para que organizações populares adequem suas reivindicações aos escassos limites orçamentários? Formando o que tem chamado “comunidades de gestão por território”, ainda que não se explique exatamente o que isso significa?

É muito importante combater pela vitória de Margarida e dos candidatos do PT no 2º turno. E a vitória deve servir para que os prefeitos eleitos façam de suas administrações uma trincheira de luta contra o golpe e sua política, em benefício das necessidades das maiorias trabalhadoras das cidades que governarem.

Correspondente

Colaborar com o anti-petismo?

São Paulo: Dória propõe Conselho de ex-prefeitos e Haddad diz que aceita

O prefeito eleito em São Paulo, João Dória (PSDB), apresentou a proposta a ex-prefeitos da cidade de participarem do Conselho Superior de Aconselhamento da Prefeitura. O prefeito do PT Fernando Haddad, aceitou o convite: “Eu respondi que aceito colaborar” (Folha on line 17/10). Dória elogiou e festejou: “ele foi meu adversário, mas é um homem de bem. Ele é maior e melhor do que o partido a que pertence.” (Brasil 247)

O convite foi feito todos ex-prefeitos Marta Suplicy (PMDB), Gilberto Kassab(PSD), Paulo Maluf (PP), Luiza Erundina(PSOL) e José Serra(PSDB). Apenas Serra não havia respondido ao convite, os demais aceitaram.

Mas do que serve esse Conselho? Segundo o tucano, para ser consultado e auxiliar na análise e solução dos problemas da cidade. Se ele quer criar isso como para envolver os ex-prefeitos cabe ao PT saber o que quer.

Dória deixou claro em sua campanha, que pretende privatizar vários serviços e equipamentos, que reverá medidas tomadas pelo Prefeito do PT. Então deixa claro que sua política nada



Haddad e Dória, em 7 de outubro

tem a ver com o PT.

Na plenária da vereadora eleita Juliana Cardoso, que se manifestou contra Haddad participar, os movimentos moradia deram o recado. Sidnei Pita da União Nacional de Moradia Popular, afirmou que “entrar num conselho para gestar com Dória, não vamos aceitar, nós faremos oposição” e pediu para a plenária referendar essa posição de pé. O recado foi dado para o Secretário Zé Américo que estava na Plenária.

Num momento em que a tarefa da

hora é defender e reconstruir o PT, como é possível tal colaboração que muitos chamam de “republicanismo”? É bom lembrar que durante a campanha eleitoral Dória disse que “visitaria Lula na prisão”. Depois de eleito, foi à Argentina levar seu discurso anti-PT “alguns imaginavam que o País estava contaminado pelo vermelho. Ao término desse segundo turno, o Brasil será muito mais verde amarelo”.

João B. Gomes

Prefeito demite servidores

Dirigentes de greve são demitidos por petista

Em Jacareí, cidade do Vale do Paraíba paulista, durante a ano de 2013 o prefeito petista, Hamilton Mota se chocou frontalmente com os servidores da Guarda Civil Municipal. A categoria tentou, exaustivamente, negociar suas reivindicações. Diante da intransigência do prefeito que se recusou até mesmo receber o sindicato, os trabalhadores da Guarda Civil decidiram deflagrar uma greve que durou 82 dias.

Em um acordo judicial os guardas civis conquistaram o compromisso da prefeitura de enviar de imediato à Câmara Municipal um projeto de aumento do adicional de periculosidade, e a criação de uma comissão formada por membros da categoria e da prefeitura para elaboração de projeto de lei para o estatuto da Corporação.

A prefeitura não só não cumpriu o acordo, como no último dia 14 de outubro, o prefeito, em final de mandato, demitiu Marcel Eduardo Lahos e Amauri Ramos que fizeram parte do comando de greve.

A categoria se mantém mobilizada coletando adesão da população ao abaixo-assinado dirigido à Câmara Municipal que pede aos vereadores que intercedam junto ao prefeito para que reintegre os guardas civis demitidos.

Esse ato do prefeito expressa uma política que está destruindo o partido na cidade. Nas eleições municipais desse ano, o PT não apresentou candidato e compôs chapa com o golpista PSD na cabeça, derrotado nas urnas no primeiro turno pelo PSDB. E agora o presidente do PT, sem nenhuma discussão com os filiados nem mesmo no diretório, encaminhou o fechamento da sede do partido na cidade

Correspondente

Em Defesa de Lula

Vai ser deflagrada uma campanha nacional de massas

O “estado de exceção”, propulsado pela Operação Lava Jato, tem o hoje óbvio objetivo de pegar Lula.

É uma necessidade, no caminho de destruir o PT e acuar as organizações sindicais e populares, para fazer passar o conjunto das contrarreformas de “mercado” anunciadas. Inversamente, a defesa de Lula contra a perseguição integra a defesa dos direitos democráticos e a proteção dos direitos sociais, para além de seus mandatos presidenciais.

Não se sabe se prenderão Lula, como pedem vários, ou “apenas” cassarão sua candidatura presidencial para 2018, através de uma condenação em 1ª instância nas mãos do juiz Moro ou outro. Afinal, Lula é o favorito nas recentes pesquisas e até subiu, bem a frente dos demais, tanto da Vox Populi/CUT quanto MDA/CNT.

Uma campanha de solidariedade #Estamos com Lula já foi lançada nos EUA, no mês passado, pela Confederação Sindical Internacional (CSI). Desde então, congressos mundiais de portuários e do setor da indústria, por exemplo, tomaram posição, além de milhares de militantes e personalidades diversas.



“Não é defesa pessoal”

No fechamento desta edição, era o seguinte o calendário de uma campanha, agora no Brasil, em defesa de Lula, integrando partidos, sindicatos, frentes e personalidades:

7 DE NOVEMBRO - lançamento do Manifesto e do Comitê Nacional
8 A 25 DE NOVEMBRO - lançamentos estaduais e municipais

27 DE NOVEMBRO - ato de massas em local público

Como explica o ex-ministro e ex-secretário geral do PT, Gilberto Carvalho, um dos coordenadores da

campanha, “não serão atos em sua defesa pessoal, e sim, dos direitos que ajudou a conquistar e que o atual governo quer extinguir. Além do processo de criminalização do Lula e do PT, há um movimento para retirar direitos da população”, diz Gilberto. “A PEC do Teto retira os pobres do orçamento, a tentativa de desvincular os benefícios do salário mínimo prejudicará os aposentados”, reforça.

É da responsabilidade de todo trabalhador e jovem consciente de seus direitos, unir forças na defesa de Lula.

Na crise do PT não há saída fácil

Mas sem fim do PED não há renovação

Na crise do PT atacado de todos os lados, inclusive de dentro, não há saída fácil. A militância está questionando, em parte perplexa, a maioria quer antecipar a renovação da direção - que deveria renunciar - quer discutir a crise e corrigir a política.

Uma coisa, contudo, é certa: mantido o PED, processo eleitoral direto conduzido pela atual direção, não haverá renovação de fundo.

Em parte, porque a regra do voto em urna, de 2001, agravou os problemas do partido de massas que virou “de massa de manobra”, a militância reduzida a eleitora, com todos vícios da corrupção institucional no país.

E, em parte, porque é no PED que se montam os maiores grupos, coalizões de mandatos e dirigentes que não querem largar o timão nem com o barco afundando. Renunciar, então, nunca!

O CNB, a maioria, agarra-se à defesa mesquinha do PED, cujo argumento novo é que foi validado no Congresso de Julho de 2015, em Salvador. Como se depois não tivesse tido o impeachment e o desastre elei-

toral. Como se ninguém repensasse sua experiência!

É evidente que o PT tem que dar a palavra à militância em encontros deliberativos, desde a base, para eleger as direções, como foi metade da sua história. Essa é a posição do Diálogo e Ação Petista.

Acontece que no CNB há quem cansou do PED, mas hesita se diferenciar da maioria. O bloco Muda PT, por sua vez, crítica o PED, às vezes propõe seu fim, outras vezes deixa a porta aberta, mas há quem ameace sair do PT em caso de PED. Renunciar seria para os outros...

Situação extraordinária

Há um risco de racha ou desagregação que deixaria os trabalhadores ainda mais desguarnecidos. Uma eventual prisão de Lula (ver acima), com a Executiva sem autoridade aumenta o risco. Por isso, é preciso firmeza mas clareza no que se busca.

Nós somos incondicionais pela defesa do partido atacado pelas instituições pró-imperialistas.

O PT em crise tem um Estatuto: os delegados de Congresso são eleitos

em urna (PED). Não resolve a crise rasgar o Estatuto (como alguns ameaçam).

Ao mesmo tempo, uma situação extraordinária como a atual, pede soluções extraordinárias (a renúncia ajudaria). Tanto que Lula começou a se movimentar para construir uma proposta.

No caso, a primeira responsabilidade é da maioria, CNB. É um crime aferrar-se ao PED, argumentando com a “modernidade” das cotas, novas pautas etc. vendidas nos últimos congressos e deu no que deu. Aprofundou a crise da qual a própria CNB não tem como escapar. Ela deveria construir a alternativa (para nós, congresso baseado em encontros de base).

Não sabemos o resultado da crise, nem como o congresso será convocado no DN (9-10 de novembro). Lutando pela reconstrução do PT, isso é o que queremos, realimentamos essa perspectiva através do Diálogo Itinerante (v. pág. 5).

Markus Sokol

Os parlamentares “Mudar” o PT?

Quando a DS decide radicalizar

A militância do PT, na maioria, quer antecipar a renovação da direção e retificar (mudar) a política do PT. Mas com qual objetivo?

“40 parlamentares petistas, a maioria federais, decidiram divulgar um manifesto em que cobrarão a antecipação das eleições internas do partido, intitulado-se Muda PT. Temendo o peso da marca do PT nas próximas eleições, os parlamentares admitiram até a criação de uma nova sigla, o que permitiria uma saída coletiva. Como a fundação de uma legenda exige tempo, o grupo decidiu se dedicar à criação de uma frente ampla, que nasceria da fusão do PT com outros partidos. Frustrada essa coalizão partidária, restaria a alternativa de fundar um partido ou deixar o PT” (na fusão os parlamentares levariam sua “parte” do Fundo partidário e do tempo de TV). Assim, a Folha de SP (17/1), resumiu essa reunião, no mesmo dia em que a plenária das correntes MSG/DS, AE, MS, Avante e EPS - apesar de posições diferentes - decidia convocar um encontro “de todos que querem mudar o PT”, em 3 e 4 de dezembro. As duas coisas estão bem ligadas.

“Não tem como fazer política”

Como há parlamentares que só pensam em se reeleger e a eleição municipal estreitou os seus horizontes, procuram alternativas, escondendo o PT ou, no limite, fora do PT. Aí, há grupos que vem pilotar o processo.

Carlos Árabe, dirigente da DS/Mensagem na Executiva, defendeu em entrevista (OESP, 17/10) uma “mudança radical”. Falando pelas “correntes da esquerda” diz que “impedidos de chegar às prefeituras porque levamos o rótulo de corruptos, assim não tem como fazer política”. Essa esquerda não se concebe fora de um bom espaço institucional. Árabe diz que “a autocrítica tem que começar por quem fez algo”. E como não fosse da 2ª força da direção, afirma que “a direção tem que provar que não houve nada errado ou por para fora quem fez”.

“Radical”, Árabe inverte o ônus da prova no estilo da Lava-jato: o acusado tem que provar a inocência. O juiz Moro agradece.

Difícil saber quem é mais oportunista, parlamentar desesperado ou dirigente que corre atrás. Irão até o ponto de dividir o PT?

“Essa casa não representa o povo brasileiro”

Aprovação em segundo turno da PEC 241 é mais uma prova disso

Em audiência pública realizada na Câmara Federal em 18 de outubro, com representantes de Centrais Sindicais, o deputado Vicentinho (PT-SP), foi direto ao ponto: “Essa Casa não representa o povo brasileiro, apesar de todos os parlamentares terem sido eleitos pelo povo. Mas éramos 78 deputados comprometidos com o mundo do trabalho, e passamos para apenas 47. Enquanto isso, cresceram as bancadas de empresários e de ruralistas”.

Ele está coberto de razão! O Congresso Nacional, dominado amplamente pelas oligarquias não só não representa o povo, como representa uma ameaça aos trabalhadores e à nação. Agora, embalados pelo golpe – apesar da crise que atravessa o regime, largamente aprofundada desde que o usurpador assumiu a presidência – essa maioria reacionária vai tentar avançar seus projetos.

São 55 projetos que precarizam direitos trabalhistas tramitando no Congresso. Entre eles o que estabelece a prevalência do negociado sobre o legislado (PL 4.962/16 do deputado Julio Lopes PP-RJ) e o que amplia a terceirização para as atividades fins (do ex-deputado Sandro Mabel, PMDB-GO), já aprovado na Câmara, agora no Senado.

Avançam os ataques

A aprovação em segundo turno da Proposta de Emenda Constitucional



Manifestantes retirados do plenário na votação da PEC

(PEC) 241, por 359 votos a favor (de deputados bem alimentados à véspera pelo golpista) e 116 contra, em 25 de outubro, soma-se ao golpe já dado, pela mesma Câmara, no regime de partilha do Prê-sal.

A PEC 241, que segue agora para o Senado, representa um ataque sem precedente aos serviços e servidores públicos, para preservar o pagamento dos juros da dívida aos especuladores. Por isso mesmo, o Fundo Monetário Internacional saúda “o foco do governo no controle do crescimento das despesas fiscais é um imperativo e é bem-vindo”.

Pelo apetite com que estes parlamentares vão votando o desmonte do Estado e dos direitos, dá para imaginar o que mais pode vir pela frente, com legislativo que não representa

o povo, um executivo que usurpou o voto popular e um Judiciário que avança um estado de exceção.

“Eleitos pelo povo”, mas como?

É fato que os deputados foram eleitos pelo povo. Mas é fato também que sob regras – muitas delas criadas durante a ditadura militar – que invertem, completamente, no Congresso, a representação da nação. E não será uma reforma eleitoral, feita por esse mesmo Congresso, como agora volta a se pretender, que as distorções irão se resolver.

É sempre bom lembrar, por exemplo, que uma das maiores distorções da representação democrática passa ao largo das preocupações: o princípio elementar de um eleitor um voto, que não existe no Brasil. O número

de deputados estabelecido para cada estado, faz com que, por exemplo, um eleitor de Rondônia, equivalha a 11 de São Paulo. Isto, somada à existência de um Senado, como representação igual entre todos os estados, é um dos fatores determinantes para a predominância das oligarquias, pois são os estados onde as massas trabalhadoras se concentram que são sub-representados.

Não é este Congresso que vai fazer uma verdadeira reforma e não é apenas uma reforma eleitoral que o país precisa.

A crise de regime instalada, numa situação em que há um fosso entre as instituições que se digladiam e o povo, recoloca com toda premência a necessidade de fazer uma verdadeira reforma do atual sistema político. Uma reforma que permita destravar todas as reformas necessárias para avançar na construção de uma nação soberana. E não serão as bancadas de ruralistas, empresários e banqueiros, todos os golpistas que acabam de aprovar a PEC 241 e se preparam para votar os 55 projetos que atacam os direitos trabalhistas, que irão fazê-la. A questão da Assembleia Constituinte do Sistema Político é a saída democrática que o país precisa para sair da profunda crise em que se encontra.

Ana Carolina

Ministro do STF ataca Acordos e Convenções Coletivas

Gilmar Mendes acata liminar dos patrões contra os trabalhadores

No dia 14 de outubro, véspera do dia do professor, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, acatou a liminar pedida pela Confederação patronal da educação privada para suspender o princípio da “ultratividade” estabelecido por uma decisão (Súmula nº 277) do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Tal decisão estabelece que as cláusulas de acordos coletivos, mesmo após seu término, permaneçam válidas no contrato de trabalho, até que novos acordos sejam firmados.

A decisão de Gilmar Mendes, ele mesmo proprietário de universidades, foi monocrática e deve ir ao pleno do STF.

A ultratividade funciona como uma trava que a cada campanha salarial fazia com que não houvesse retrocessos nas conquistas. Com a decisão fica permitido aos patrões, em caso de impasse das negociações

dos acordos coletivos, rebaixarem os direitos ao piso da CLT.

Reação nos sindicatos

Cida Oliveira coordenadora do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora (MG) explica que “a decisão de suspender é um retrocesso. Em cada negociação há cláusulas péticas que foram agarradas com muita luta e greve”. Paulo Yamaçake, diretor Jurídico do Sindicato dos Professores do ABC (SP) afirma que a medida pretende “colocar o trabalhador nas cordas e falar para o patrão que agora pode bater à vontade”. Para Aloísio Alves, dirigente Federação dos Professores do Estado de SP e do Sinpro-ABC, a medida “foi mais um dos ataques contra a classe trabalhadora, que desde o golpe do impeachment, vê seus direitos ameaçados. Mais do que nunca a mobilização e a tomada de consciência se faz necessário para resistir”.

Mobilização e luta

A decisão de Gilmar Mendes afeta todas as categorias. Por exemplo, os jornalistas de rádio e TV de São Paulo. No dia em que Mendes publicou sua decisão, havia sido publicado o acórdão do Tribunal Regional do Trabalho renovando a Convenção Coletiva da categoria, com base na súmula 277. O primeiro impacto é a insegurança para os jornalistas, que não têm garantias se a decisão da justiça trabalhista que assegurava seus direitos entrará em vigor.

A Tribuna Metalúrgica, dos Metalúrgicos do ABC, faz um alerta sobre a decisão de Gilmar Mendes: “Imaginem o risco de este entendimento prevalecer. Por exemplo, em relação à histórica cláusula da estabilidade em razão das sequelas de acidente ou doença de trabalho? O trabalhador poderá ficar, da noite para o dia, sem esta importante

garantia em nossa categoria.”

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) divulgou nota que condena a medida, mas que não aponta a necessária mobilização para enfrentar a decisão, dando “a palavra aos outros dez ministros do STF”. Não se pode esperar que “apelos” irão comover os ministros do STF.

É preciso mobilizar os professores e, em unidade com outras categorias, lutar para impedir que o fim da ultratividade se concretize.

O fim da ultratividade visa atingir e rebaixar os direitos de toda a classe trabalhadora. E por isso é preciso integrar na mobilização de 11 de novembro, Dia Nacional de Greve da CUIT, a exigência de derrubada dessa medida e engajar os sindicatos na mobilização de suas bases.

Alexandre Linares

Prisão de Cunha deve ser comemorada?

Moro busca se mostrar imparcial, mas o que há é mais desmando do Judiciário

A prisão do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi comemorada por muitos como justa. Se todos sabem quem é Cunha, quais são os seus métodos e que papel teve no golpe, isso automaticamente não deve levar a concordar com mais um desmando do Judiciário. Ao mandar prendê-lo, o juiz Sergio Moro buscou dar um ar de imparcialidade à Lava Jato, para diminuir a repercussão numa eventual prisão de Lula.

Em artigo para a "CartaCapital" (19/10), o jurista Pedro Estevam Serrano alertou para "a banalização do instituto da prisão preventiva e das prisões cautelares". Segundo ele, as razões apresentadas não justificariam a prisão preventiva de Cunha, ainda que, evidentemente, as suspeitas contra ele devam ser investigadas. A questão não é o ex-deputado, mas o risco de que qualquer um seja preso, a partir de um "clamor popular" insuflado por um juiz e repercutido na mídia – como se vê atualmente

nas prisões da Lava Jato. Serrano diz: "Hoje é o Cunha. Amanhã poderá ser qualquer um de nós".

Luciana Genro, do PSOL, vibrou com a prisão, ao escrever nas redes sociais: "Cunha na cadeia, vitória contra a corrupção! Viva a Lava Jato!". Custa a crer que alguém que se diz de esquerda atribua a Moro um suposto combate à corrupção. E ela não se limita a isso: em artigo no seu site, diz que as prisões decretadas pela Lava Jato "não são um arbítrio cometido por um juiz fascista", mas "o modus operandi do sistema desde sempre, que agora chegou à casta política e empresarial".

Argumentando que os pobres sempre sofreram com prisões assim (o que é verdade), ela conclui que agora os de cima também estão indo para a cadeia. Quer dizer que, em vez de lutar para que todos tenham os seus direitos respeitados, vamos deixar que o arbítrio se generalize? É o oposto da democracia, da defesa das garantias individuais tão

duramente conquistadas, e que os trabalhadores utilizam em sua luta contra a burguesia.

O próximo passo de Moro, se dependesse dele, talvez fosse a volta da censura prévia à imprensa. O juiz não gostou de um artigo do físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite, publicado na "Folha de S. Paulo", que o criticava. Em vez de rebater os termos, Moro enviou uma carta ao jornal, recomendando que "a publicação de opiniões panfletárias-partidárias e que veiculam somente preconceito e rancor, sem qualquer base factual, deveriam ser evitadas" (FSP, 12/10). Em sua tréplica, Cerqueira Leite lembrou: "O juiz ainda se esquivava de responder à principal acusação que lhe faço, a de que é absolutamente parcial e está a serviço das classes dominantes" (FSP, 15/10).

Estado de exceção

A instabilidade trazida pelo golpe e pelas ações da Lava Jato leva também a uma crise entre as próprias

instituições do regime. O episódio em que a Polícia Federal (PF) invadiu o Congresso Nacional para prender policiais legislativos é uma mostra disso.

Ao mesmo tempo, segue a toada de acusações contra petistas. No dia 13, um juiz federal em Brasília transformou Lula em réu num processo que envolve contratos em Angola. No dia 21, Moro acatou denúncia contra Delúbio Soares e outras quatro pessoas. Três dias depois, a PF indiciou Antonio Palocci e mais cinco pessoas. No mesmo despacho, o delegado acusa Lula de ter recebido R\$ 8 milhões da Odebrecht. E assim por diante.

Em artigo, Lula denunciou os "abusos cometidos por agentes do Estado que usam a lei como instrumento de perseguição política", e concluiu que "É a sombra do estado de exceção que vem se erguendo sobre o país" (FSP, 18/10).

Cláudio Soares

Economia no fundo do poço

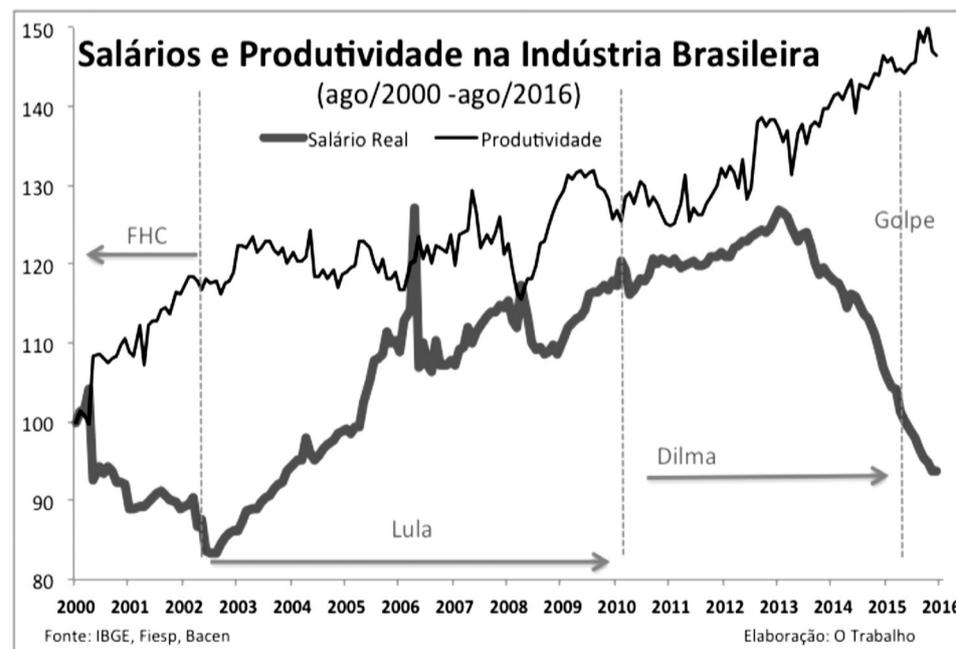
De 2014 para cá, a produção estagnou, o desemprego disparou e o valor real dos salários desabou

A recessão que havia sido criada pelo ajuste fiscal de Levy e aprofundada pela Lava Jato e pela crise internacional, toma agora contornos drásticos com as medidas de ajuste mais severas e de longo prazo do golpista Temer.

De certa forma, tal recessão tão profunda era desejada por banqueiros e mesmo por certas grandes empresas. Era a fórmula para gerar desemprego, enfraquecer o poder de barganha dos sindicatos. Isso fez com que, nestes 2 últimos anos, os salários passassem a perder feio para a inflação pela primeira vez desde o início do governo Lula. Tudo para baratear o custo do trabalho e recuperar lucratividade e, assim, "competitividade".

Entre agosto de 2014 a agosto de 2016, a produção da indústria brasileira caiu 16% (IBGE). Durante o final do primeiro semestre deste ano, parecia que haveria uma recuperação, mas entre julho e agosto a produção voltou a cair 3,8%. Os "índices de confiança" dos empresários industriais (FGV), que também mostravam recuperação, apresentaram nova queda no mês de outubro. Isso mostra que a recessão deve continuar profunda por mais algum tempo.

O fato é que a destruição de empregos ainda não parou de crescer. Entre



dezembro de 2014 até agosto de 2016, foram destruídos 2,2 milhões de empregos com carteira assinada. E o massacre continua: agosto foi o 17o mês seguido de aumento do desemprego formal.

Como a perda de emprego celetista equivaleu a 82% do total da redução de "ocupados" nos últimos 12 meses (PNAD-Cont. IBGE) percebe-se que, além de demitidos, mais trabalhadores estão perdendo as vagas melhores, mais bem remuneradas e com mais garantia de direitos.

O gráfico abaixo compara a pro-

ductividade (quantidade média produzida por hora) do trabalhador da indústria brasileira com seu salário real (tirando o efeito da inflação) médio. Todo o aumento salarial acima da inflação arrancado durante os governos Lula e início de Dilma, foram revertidos com o Plano Levy/Barbosa. Mas a produtividade não parou de crescer. Ou seja, cada trabalhador produz mais e recebe menos salário. O lucro empresarial voltou a crescer, às custas do trabalhador.

Alberto Handfas

LAVA JATO E DESEMPREGO

Além do ajuste fiscal, a atual recessão foi muito aprofundada pela crise de endividamento das empresas (decorrente da crise internacional) e pela Lava Jato.

Desde a crise internacional e – sobretudo com o fim do "boom das commodities", empresas brasileiras passaram a enfrentar dificuldades de caixa. Compensaram-nas tomando emprestado no exterior. Mas como a economia tem crescido pouco e, a partir do ajuste de 2015, o governo (e a Petrobras sob a Lava-Jato) suspendeu contratos, as empresas brasileiras passaram a ter dificuldades para pagar suas dívidas. Pior que isso, estão em dificuldade em se refinanciar. Em 2017 elas terão de re-emprestar mais de R\$ 50 bilhões (valor recorde), mas os banqueiros estrangeiros exigem juros mais altos.

Outro fator de crise é a Lava-Jato que, com suas intervenções na Estatal e em várias de suas fornecedoras, tem forçado uma enorme queda nos investimentos. Estima-se que dos 3,8% de queda do PIB em 2015, de 2 a 2,5 pontos percentuais resultaram da crise da Petrobras e da cadeia de petróleo e gás. O mesmo deve ocorrer em 2016. O ramo petrolífero no país representa mais de 10% do total dos investimentos. Segundo cálculos feitos em meados de 2015, a Lava Jato já era responsável pela supressão de cerca de um milhão de postos de trabalho.

Há 40 anos surgia a OSI, atual Corrente O Trabalho do PT – Parte 1

Em novembro de 1976 foi criada a Organização Socialista Internacionalista

Numa conferência clandestina, realizada na Praia Grande (SP) em novembro de 1976, concluiu-se a unificação de grupos trotskistas brasileiros que lutavam então pela reconstrução da 4ª Internacional (1), com a criação da Organização Socialista Internacionalista (OSI).

O que aproximou os grupos que deram origem à OSI foi a crítica tanto à política traidora do PCB pré-golpe de 1964 (e que prosseguiu depois), quanto ao “foquismo” guerrilheiro dos “anos de chumbo” da ditadura (1968-72), que, isolado das massas, foi brutalmente liquidado pelo aparato policial e militar.

Os trotskistas defendiam um trabalho junto às massas para reconstruir suas organizações, na luta pelas liberdades democráticas contra a ditadura, baseado nos princípios de independência de classe e internacionalismo. A virada na situação mundial de 1968 – maio-junho francês, invasão da Checoslováquia pela URSS – reforçava sua convicção na revolução social nos países capitalistas e na revolução política nos países onde a burocracia parasitava as conquistas baseadas na expropriação do capital.

O processo de unificação se deu em duas etapas. No início de 1976 formou-se a Organização Marxista Brasileira (OMB), com a fusão da Fração Bolchevique Trotsquista (FBT), Grupo Outubro e Organização de Mobilização Operária (OMO). Em novembro, a OMB fundiu-se com a Organização Comunista 1º de Maio (surgida em 1968 como grupo), originando a OSI. Processo acompanhado pelo Comitê de Organização pela Reconstrução da 4ª Internacional (CORQUI), criado em 1972 em Paris.

Oposições Sindicais

A OSI, desde sua origem, era uma organização nacional e buscava implantar-se no movimento operário. As forças que nela se fundiram já animavam tendências sindicais ou oposições aos pelegos, com boletins e grupos formados em várias categorias.

Seu primeiro órgão foi o “Jornal dos Trabalhadores” (JT, mimeografado), que será substituído pelo jornal “O Trabalho” em 1º de maio de 1978.

Liberdade e Luta

Pouco antes da criação da OSI, em junho-julho de 1976, a Frente Estudantil Socialista (FES, ligada ao 1º



OSI em campanha em defesa dos sindicalistas, nas ruas de São Paulo

de Maio) e a Tendência pela Aliança Operário-Estudantil (TAOE, ligada à OMB), depois de um trabalho comum nas mobilizações estudantis do período, unificaram-se, dando origem à Liberdade e Luta.

A tendência estudantil Liberdade e Luta, que em pouco tempo atraiu milhares de jovens em todo o país, jogou um papel importante nas mobilizações contra a ditadura que antecederam a entrada em cena da classe trabalhadora com a onda de greves iniciada no ABC em 1978.

“Nem Arena, nem MDB, voto nulo por um Partido Operário”

Através do jornal “O Trabalho”, a OSI acompanhou e orientou seus militantes a intervir nessa onda de greves, que se espalhou por todo o país. O que lhe permitiu criar laços com outras correntes do movimento operário e o desenvolvimento de sua própria orientação política: Abaixo a Ditadura, por uma Constituinte Soberana; luta por sindicatos livres e uma Central Sindical Independente; luta por um Partido Operário.

As eleições de 1978, no quadro do bipartidarismo da ditadura, possibilitaram a campanha “Nem Arena, nem MDB, voto nulo por um Partido Operário”, feita pela OSI junto com outros setores (como a oposição metalúrgica de São Paulo). Isso, quando vários dos que viriam a dar origem ao PT faziam campanha por candidatos do MDB. (2)

A atividade da OSI desdobrou-se nas lutas pela liberdade dos presos políticos; pela Anistia ampla, geral e irrestrita; pela libertação de Lula e dirigentes grevistas presos. Campanhas em apoio à revolução na Nicarágua e à luta do sindicato “Solidarnosc” contra a burocracia stalinista na

Polônia, destacavam o caráter internacionalista de sua ação.

As greves de massa colocaram a questão da liberdade sindical e da unidade dos trabalhadores numa central. A OSI participou da construção do Encontro nacional de trabalhadores em oposição à estrutura sindical (ENTOES, 1979-80), que agrupou o “sindicalismo combativo”, e de outras iniciativas que confluíram para a CONCLAT de 1981 que criou a comissão nacional pró-CUT.

A OSI e o PT

Entre janeiro e agosto de 1980, a discussão sobre a evolução das greves, que forçavam os sindicatos a se chocar com a estrutura oficial, leva a OSI a concluir que “o PT é uma resposta ao movimento do operariado no sentido de sua organização independente”.

A OSI decide entrar no PT, “para ampliar o combate pela independência sindical na direção de uma Cen-



tral Sindical Independente, aspecto determinante da luta pela derrubada da ditadura militar; impulsionar o combate pela libertação da nação oprimida contra o imperialismo, por meio de uma campanha política centrada na palavra-de-ordem de Assembleia Constituinte Soberana e Democrática” (resolução do 4º congresso, agosto de 1980).

O engajamento da OSI na campanha de legalização do PT (1981) contribuiu de forma importante para atingir as metas exigidas pela legislação da época.

Assinale-se que entre 1979-81 ocorreu um reagrupamento de forças trotskistas no plano internacional (3), o que leva à aproximação entre OSI e Convergência Socialista (CS). As duas organizações intervêm no PT, defendendo um “PT sem patrões”. Também intervêm na CONCLAT de 1981, na linha de construir a CUT como central sindical independente, e no movimento estudantil, até que a unificação é frustrada, por iniciativa dos “morenistas”.

A OSI passa a fazer parte da 4ª Internacional-CIR em 1983 e, após breve período como Fração 4ª Internacional do PT, assume, em 1985, o nome que tem até hoje: Corrente O Trabalho do PT.

Lauro Fagundes

Notas

1. A 4ª Internacional, fundada em 1938, sofreu uma crise de dispersão em 1952-53, fruto da revisão de seu programa feita por Michel Pablo e outros dirigentes. Afirmando a necessidade de sua reconstrução sobre a base do seu programa original (“Programa de Transição”), surgiram sucessivos agrupamentos internacionais, até a constituição do CORQUI em 1972, com a participação da OCI francesa e Pierre Lambert.

2. Essas posições iam desde a Convergência Socialista (CS) que apoiou “candidatos socialistas do MDB”, passando por apoios a candidatos “autênticos”, até a posição de Lula e outros dirigentes do ABC de apoiar Fernando Henrique Cardoso ao Senado.

3. O Comitê Paritário (CP), criado no final de 1979, somou as forças do CORQUI com as de frações que vinham do Secretariado Unificado (SU) e romperam com sua política, como a FBT morenista (do nome do dirigente argentino Nahuel Moreno). O CP organizou um congresso mundial que criou a 4ª Internacional-Comitê Internacional em 1981 (QI-CI), que foi rompida em pouco tempo por iniciativa de Moreno, a pretexto de que a seção francesa (OCI) teria capitulado diante do governo Mitterrand (PS). A CS reivindicava o morenismo no Brasil.

Referendo na Itália: organizações sindicais dizem não

Contra a reforma de Renzi, metalúrgicos ocupam a linha de frente

Em 4 de dezembro ocorrerá na Itália o referendo sobre a reforma constitucional do governo Renzi. Acusada de autoritária e antidemocrática, ela retira poderes do parlamento e aumenta os do governo podendo facilitar a aprovação de leis que tiram direitos dos trabalhadores. A Fiom (Federação dos Empregados Operários Metalúrgicos) seguida pela confederação à qual ela é filiada, a Cgil (Confederação Geral Italiana do Trabalho, a mais importante do país), decidiram chamar o voto não, como explica Francesca Re David, dirigente nacional da Fiom.

O que a população pensa do referendo?

A população se ressentiu muito da crise dos partidos, a crise da política. Principalmente entre os trabalhadores é forte o sentimento de que ninguém nos representa, nestes últimos anos as leis não lhes trouxeram nada de bom. Há uma crescente precariedade. Os salários caíram muito e os sistemas de proteção social não estão resistindo. Hoje, uma parte dos trabalhadores vive na miséria enquanto antigamente nós tínhamos um trabalho que nos colocava ao abrigo da pobreza.

A crise na política se expressa na "distância" entre os representantes e os representados. Há 15 anos, todo mundo



Turin, dezembro de 2015: a CGIL e Fiom chamaram manifestações contra a reforma do primeiro ministro Matteo Renzi

na Itália ia votar. Hoje, o comparecimento nas eleições mal chega a 50%.

Como a CGIL organiza a campanha do não?

Não é de pouca importância que a CGIL tenha tomado posição pelo não no referendo constitucional. Jamais ela havia adotado uma posição tão explícita numa questão que não é diretamente trabalhista. A CGIL é uma organização de cinco milhões de filiados com posições extremamente diferenciadas. O próprio Partido Democrata (partido do governo) tem um peso considerável. A CGIL ter adotado essa posição é um fato inédito. E, justamente por isso, a CGIL decidiu não entrar nos comitês pelo não e vai fazer sua própria campanha. Ainda estamos no início, reunindo elementos

de informação e vamos tomar iniciativas que atinjam sobretudo os trabalhadores nos locais de trabalho. É uma campanha autônoma com uma explicação sobre a reforma da Constituição, mas relacionando-a com o respeito às condições de trabalho dos trabalhadores.

E na Federação Metalúrgica?

Há vários anos a Fiom vem dizendo que devemos não apenas defender a Constituição mas também atualizá-la porque ela não vem sendo devidamente respeitada. De acordo com o primeiro artigo da Constituição, a Itália é uma república democrática baseada no trabalho. Isso é contraditório com o equilíbrio orçamentário que foi integrado à Constituição e que se tornou o elemento de

referência, em detrimento do trabalho. Isso significa que são as finanças e não as pessoas o elemento de referência. Nós entendemos que a Constituição deve ser respeitada e que dela devem ser retirados os dispositivos nela incluídos e que a estragam.

A Fiom, com seus filiados e delegados, tomará, sobretudo, iniciativas nos locais de trabalho para desenvolver a campanha em favor do não.

Na França as confederações sindicais CGT e FO se uniram contra a chamada "lei do trabalho" e o governo aplicou um dispositivo constitucional de exceção (o artigo 49.3) para aprová-la sem o voto do parlamento.

Na França, eles conseguiram algo que a Fiom continua buscando: unificar os trabalhadores das empresas com os estudantes, com os trabalhadores precários como eu entendi que foi feito na França. As leis que vem sendo aprovadas não são mais para favorecer os mais fracos mas, sim, para favorecer o capital financeiro.

(Entrevista publicada no jornal **Informações Operárias do Partido Operário Independente da França**)

Trabalhadores chilenos vão parar em 4 de novembro

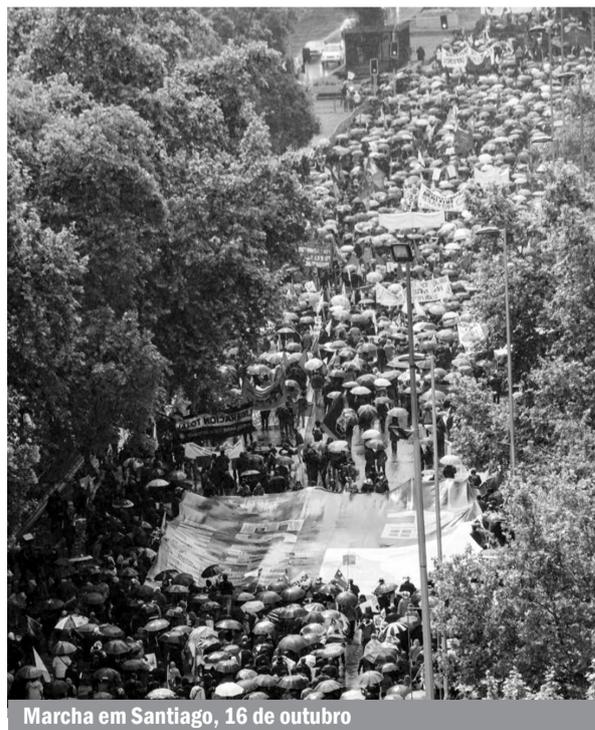
Greve é parte da campanha pelo fim da previdência privada, herança da ditadura militar

Em 16 de outubro ocorreu mais uma marcha, convocada pela Coordenação Nacional dos Trabalhadores (CNT) da campanha "NO+AFP" (não mais AFP), sistema de previdência privada instaurado pela ditadura militar, com capitalização individual, gerido por instituições privadas.

Setores ligados à direita, aos grandes empresários e ao governo que apostavam no fracasso da marcha, ficaram ainda mais esperançosos em função da previsão de fortes chuvas no dia de sua realização. Mas, apesar das fortes chuvas que começaram no sábado, véspera da marcha, o dia 16 de outubro encheu as ruas e avenidas em diversas cidades do país.

"Como dissemos não à ditadura, dizemos não à AFP"

Na manifestação em Santiago, Luis Mesina, dirigente da Confederação dos bancários e porta-voz da CNT destacou: "assim como dissemos não à ditadura, hoje dizemos não às aposentadorias miseráveis que recebem nossos pais e avós e dizemos com toda nossa força não mais AFP, nem privada, nem estatal". O mo-



Marcha em Santiago, 16 de outubro

vimento exige uma previdência pública e solidária.

Segundo dados, enquanto pagam uma pensão de cerca de 200 dólares a 91% dos aposentados, as instituições financeiras que administram os fundos embolsaram,

de janeiro a setembro desse ano, mais de 70 bilhões de dólares.

Depois da primeira uma marcha, em 24 de julho, que mobilizou mais de um milhão de pessoas em todo país, no dia 31 de agosto uma delegação da campanha foi recebida pela presidente Michelle Bachelet. As demandas foram entregues, e Bachelet comprometeu-se a responder num prazo de três semanas. "Passados 46 dias ainda seguimos esperando resposta. Por que não nos responde a chefe de Estado? Por que pode mais o peso dos grandes empresários que os milhões de chilenos nas ruas?", discursou Mesina no dia 16.

Greve nacional

A marcha serviu para reforçar a preparação do dia 4 de novembro, dia que se realiza uma greve nacional. "Ganhamos força, enquanto chovia os gritos se redo-

braram e novamente encheram as ruas e avenidas", disse o sindicalista bancário Javier Marquez.

Agora a CNT, através de seu porta-voz, Luis Mesina, realiza um giro pelas principais cidades do norte do país para reunir-se com trabalhadores, sindicalistas e as coordenações locais da campanha para preparar e incentivar a greve de 4 de novembro.

Este trabalho de preparação se estende pelo país. Em visita na cidade de Rancagua, Mesina reuniu-se com os mineiros de El Teniente - a maior mina de cobre subterrânea do Chile - que apoiam a mobilização.

Os portuários realizam assembleias em todos os portos. O Sindicato dos trabalhadores nos Estaleiros e Arsenal da Marinha do Chile (ASMAR) votou a adesão à greve do dia 4.

A mobilização ganha apoio também junto aos movimentos sociais. "Trabalhemos para que no 4 de novembro construamos uma paralisação e protesto, o maior que se tenha na memória", declarou Mesina.

Correspondente

África do Sul: cresce o combate dos estudantes

Publicamos uma declaração do Partido Socialista da Azânia (Sopa) sobre a luta contra as taxas de inscrição

“A luta pelo livre acesso à educação prossegue sem fraquejar. O governo do CNA (Congresso Nacional Africano) esperava que esse combate se esgotasse por si mesmo, como tantos outros antes, principalmente porque se aproximavam os exames de fim de ano. Esperava que a pressão e a ameaça dos exames conseguisse forçar os estudantes a retornar às aulas.

Como se enganaram! A luta se intensificou, os estudantes estão longe de retroceder, apesar da perseguição contínua e brutal da polícia, que lança jatos d'água, bombas de gás e os encerram em seus domicílios, nos supermercados, onde estiverem. Um pânico geral toma conta do governo e das direções de universidades.

O governo diz aos sul africanos que não há dinheiro para financiar a educação superior ao mesmo tempo em que salva empresas mal administradas, como a South African Airways (Linhas Aéreas Sul-Africanas, NDR) que recebeu “ajuda” de mais de cinco bilhões de randes (cerca de um bilhão de reais). Essas companhias estão nas mãos de amigos de dirigentes do partido no poder, incluindo o presidente. O desvio é grosseiro. É dinheiro que deveria ir para onde é mais necessário.

O mundo dos estudantes brancos não é o mesmo dos negros

Atualmente, os estudantes, particularmente os negros, identificam a verdadeira origem de sua luta: a traição ocorrida na Convenção por uma África do Sul Democrática (1).

Eles usam slogans como “o combate por uma educação gratuita é um combate pela terra e pelo emprego”, porque compreendem que a situação atual não é acidental, mas sim resultado direto da dominação racista colonial branca.

Isso se torna mais evidente ainda pelo comportamento de estudantes brancos que se organizam contra as reivindicações dos estudantes negros, sobretudo porque seus pais, que recebem bons salários, que possuem terras e foram favorecidos pelo sistema do apartheid (que oferecia para os brancos uma educação gratuita e obrigatória em todos os níveis), podem doravante pagar as taxas exorbitantes dos estudos superiores. Essa é a essência dos privilégios dos brancos.

Os estudantes brancos dizem que



Durban, 12 de outubro, milhares de estudantes se manifestam, como em todo país, apesar da repressão policial

apoiam a campanha #feesmustfall (“as taxas tem que acabar”), mas ao mesmo tempo querem fazer seus exames. Ao abandonar a luta pela revogação das taxas eles provaram que seu mundo não era o mesmo dos negros.

É uma demonstração clara da atualidade da declaração, há dezenas de anos, do Movimento da consciência negra: a luta do povo negro contra a dominação colonial e racista é independente e não pode absolutamente depender da boa vontade e da generosidade dos brancos. Daí o slogan “Homem (ou mulher) negro (a), defenda-se sozinho (a)”.

Os estudantes são os filhos de Marikana

Os estudantes têm razão quando afirmam que “as lutas pela educação são as lutas por trabalho”, dado que a situação presente não difere em nada daquela que conduziu ao massacre dos mineiros de Marikana. De fato, pôde-se ouvir dizer que os estudantes buscavam sua própria Marikana. Esses estudantes são todos os filhos dos mineiros que, em Marikana, morreram por terem reivindicado melhores condições de trabalho e melhores salários.

Não é surpresa que sejam esses estudantes que ligam sua luta à dos trabalhadores explorados no seio das instituições universitárias. Eles obrigaram vários estabelecimentos a efetivar funcionários que até então eram terceirizados. As organizações sindicais existentes eram frequentemente intimidadas para que não entrassem nem fizessem filiações dentro dessas instituições.

Durante as duas últimas semanas,

nós tivemos reuniões com várias direções estudantis a fim de discutir coletivamente as formas de avançar. Em 7 de outubro de 2016, na sede do Sopa, mais de trinta dirigentes estudantis participaram, muitos deles vindos de universidades de fora da província do Gauteng (região da capital, Pretória, NDR). Também conversamos com alguns deles na presença do bispo Joe Seoka, que tem desempenhado um papel muito importante na campanha #feesmustfall.

A ameaça de implosão do país

A atual situação da Azânia confirma as análises que viemos fazendo desde o acordo traidor da Codesa. Levantamos problemas que todos temiam enfrentar e que hoje passaram a ser objeto de discussões corriqueiras, especialmente agora que todos veem o partido no poder como ele realmente é, a correia de transmissão dos ditames das instituições financeiras internacionais.

É nesse contexto que vemos como a luta dos estudantes não é nova. É idêntica à conduzida por Steve Biko em 1976 que compreendeu que os estudantes são uma componente essencial dos principais combates do povo negro.

As próximas semanas trazem um desafio ainda maior, uma vez que as autoridades do ensino superior e o governo hesitam entre atender as demandas dos estudantes e a manutenção de uma atitude intransigente, com risco de implodir o país inteiro, pois nós continuamos a mobilizar trabalhadores e pais para apoiar os estudantes que já declararam, de forma eloquente, que não vão recuar enquanto suas reivindicações não forem atendidas.

O CNA tentou desviar a campanha #feesmustfall ao impor uma direção estudantil controlada por ele, mas os estudantes perceberam a manobra e assumiram o controle de sua própria luta, recusando as manipulações de agentes do partido no poder que já os havia traído no ano passado.

As direções submissas ao CNA foram retiradas dos cargos de porta-vozes da campanha e os estudantes formulam as reivindicações de uma forma que expõe claramente o fato de que é o CNA, em primeiro lugar, quem os traiu e que é esse partido, no poder, que decide não fazer da educação dos jovens negros uma prioridade.”

⁽¹⁾ Codesa, negociações ocorridas na cidade de Kempton Park, entre 1991 e 1993, reunindo os dirigentes das principais organizações negras com os herdeiros do regime do apartheid, marcando o seu fim.

Assine **O TRABALHO** ★

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone/fax: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br